



ENCAT
Encontro Nacional de Coordenadores e
Administradores Tributários Estaduais



Nota Fiscal Fácil

Panorama Atual e Andamentos

01 de julho de 2021

Coordenação Técnica – ENCAT



NFF: O QUE É

Conjunto de soluções que visa, sem abrir mão da qualidade e da extensão das informações prestadas

descomplicar ao máximo a emissão de Documentos Fiscais Eletrônicos

tornar o processo o mais simples possível para o contribuinte

deixar as complexidades sob a responsabilidade de um sistema centralizado, o Portal Nacional da NFF



NOTA FISCAL FÁCIL

PREMISSAS

Solução Nacional

Regime Especial disponível para recepção pelas Unidades da Federação, instituído por meio do Ajuste SINIEF nº 37/19

Simplicidade Extrema

Poucos campos e simplicidade de uso,
informando na linguagem normal do usuário apenas os dados necessários para descrever a operação / prestação

Facilidade para o emissor

Documento auxiliar puramente digital

**Emitir a
Nota Fiscal**
(ou seja, fazer o
certo)
**deve ser
fácil**

Aplicativo NFF

Aplicativo de emissão colocado à disposição pelo fisco para ser executado em dispositivos móveis

Segurança Jurídica para o emissor

Não existem rejeições

Pirâmide de Conformidade

Simplificar com foco nos contribuintes que desejam cumprir a legislação e que possuem um risco baixo de não cumprimento



ENCAT
Encontro Nacional de Coordenadores e
Administradores Tributários Estaduais

NOTA FISCAL FÁCIL

BENEFÍCIOS E OBJETIVOS

- ✓ Promover a **transformação digital** na área da administração tributária
- ✓ Proporcionar **simplificação tributária**, reduzindo a **burocracia** e os **custos**
- ✓ Incrementar a **competitividade** e o **desenvolvimento econômico**
- ✓ Disponibilizar um **aplicativo simples, intuitivo e ágil, facilitando a vida do contribuinte**
- ✓ Proporcionar **inclusão fiscal**, atingindo pessoas que por vezes ficam à espera de uma atenção maior por parte da estrutura estatal
- ✓ Implantação por **etapas**
- ✓ Estimular a **formalização**

NOTA FISCAL FÁCIL

ARTEFATOS



- ✓ Aplicativo disponibilizado pelo Fisco (Android e iOS):
 - ✓ Autenticação por CPF, utilizando recursos da plataforma www.gov.br do Governo Federal
 - ✓ Registro do pedido de emissão
 - ✓ Registro de eventos nos Documentos Fiscais Eletrônicos (DFE)
 - ✓ Outras funcionalidades relacionadas com os DFE, como antecipação de recebíveis
- ✓ Sistema centralizado para autorizar os DFE
- ✓ Tabela de Tributação
 - ✓ Unidades federadas (UF) informam para o sistema centralizado a tributação de cada operação ou prestação passível de ser utilizada no aplicativo
- ✓ Cadastro Centralizado de Operadores (CCO)

NOTA FISCAL FÁCIL

CADASTRO CENTRALIZADO DE OPERADORES



- ✓ Mecanismo que integra o sistema de cadastro da UF com o Portal Nacional da NFF, informando
 - ✓ Qual Inscrição Estadual (IE) pode emitir qual Documento Fiscal Eletrônico (DFE) ao abrigo do regime especial
 - ✓ Qual CPF pode solicitar emissão de qual DFE para qual IE
- ✓ Não se aplica para os Transportadores Rodoviários Autônomos de Cargas (TAC)
 - ✓ Para estes é verificado somente se existe a autorização competente dada pela ANTT para o exercício desta atividade



Etapas já entregues ou em fase de construção

CT-e e MDF-e

- Carga Lotação por TAC: 1ª etapa, Set 2020
- Outros tipos de carga por TAC
- Outros usuários

- ICMS pré-pago
- Emissão de GNRE

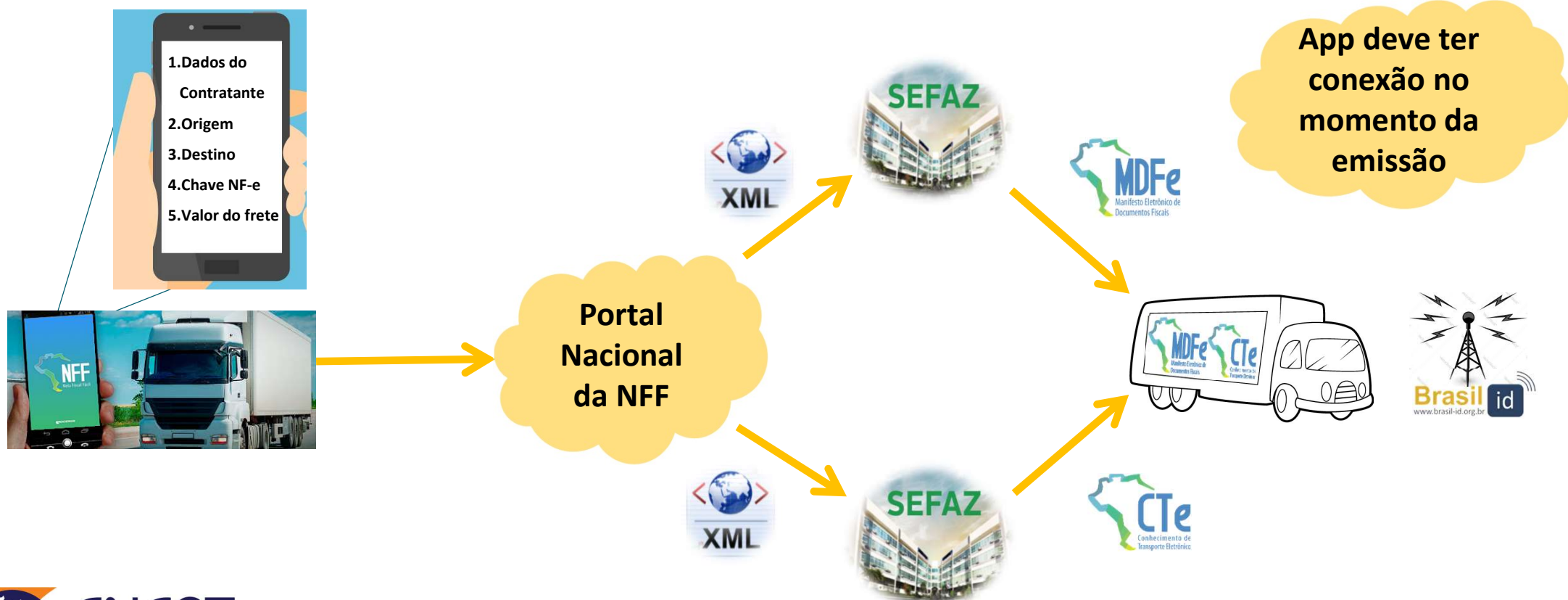
NF-e

- Saídas internas de legumes, frutas e verduras, efetuadas por produtor primário e destinadas a contribuinte do ICMS: 2ª etapa, Jul 2021
- Outras operações de produtor primário
- MEI em operações de Marketplace e pedido de emissão por outros atores
- Devoluções interestaduais de emissores de NFC-e

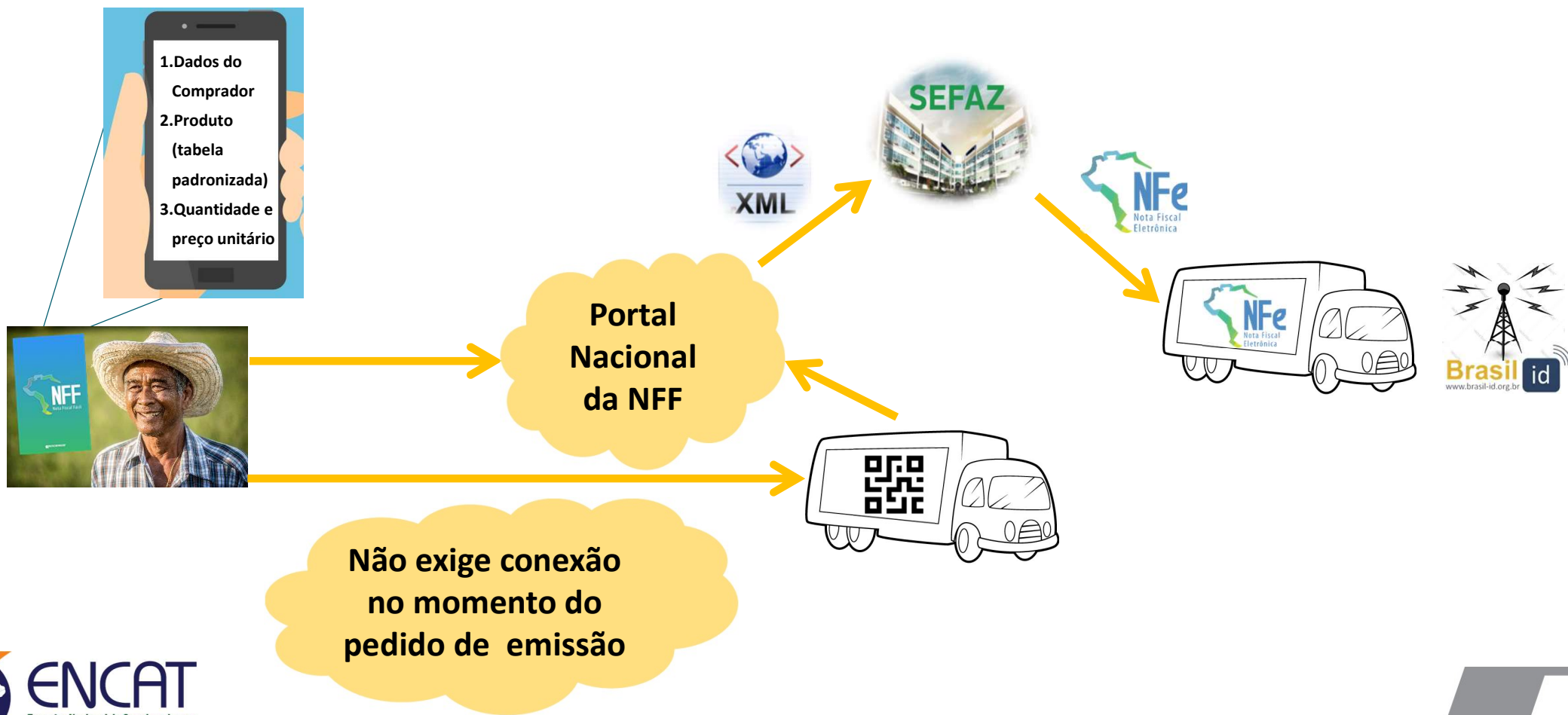
NFC-e

- Optantes pelo Simples Nacional nas vendas presenciais de
 - mercadorias adquiridas de terceiros: 3ª etapa, Nov 2021
 - produção própria
- Vendas de Produtor Primário

MODELO OPERACIONAL para Transportador Rodoviário Autônomo de Cargas (TAC)



MODELO OPERACIONAL para Produtor Primário (PPR)



Posição em 01 de julho de 2021


- UF com legislação publicada
- UF signatária
- UF não signatária

1ª etapa, TAC



2ª etapa, PPR





Visão de próximas etapas

CT-e e MDF-e

- Carga Lotação por TAC: 1ª etapa, Set 2020
- Outros tipos de carga por TAC
- Outros usuários

Integração com Plataforma de Antecipação de Recebíveis dos Estados

Documentos de arrecadação

- ICMS pré-pago
- Emissão de GNRE

NF-e

- Saídas internas promovidas de legumes frutas e verduras, efetuadas por produtor primário e destinadas a contribuinte: 2ª etapa, Jun 2021
- Outras operações de produtor primário
- MEI em operações de Marketplace e pedido de emissão por outros atores
- Devoluções interestaduais de emissores de NFC-e

NFC-e

- Optantes pelo Simples Nacional nas vendas presenciais de
 - mercadorias adquiridas de terceiros: 3ª etapa, Nov 2021
- produção própria
- Vendas de Produtor Primário para consumidores finais

Integração com a Plataforma de Antecipação de Recebíveis dos Estados (PLAC): A Evolução dos Documentos Fiscais Eletrônicos

2005

2007

2010

2014

2015

2017

Instituição da NF-e:
Criação do
Conceito de
Documento Fiscal
Eletrônico



Instituição do
Conhecimento
de Transporte
Eletrônico



Instituição do
Manifesto de
Documentos
Fiscais
Eletrônicos



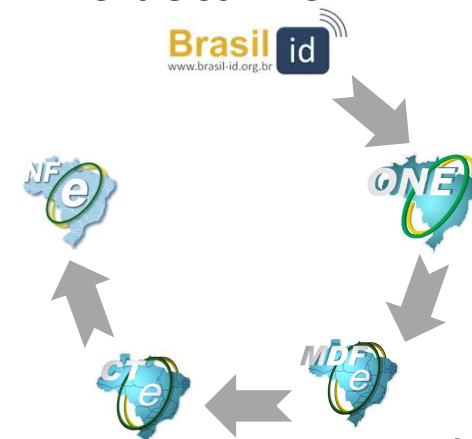
Criação do
Operador
Nacional dos
Estados – ONE



Instituição do
Projeto Canal
Verde Brasil-id
(Protocolo ICMS
51/2015)



Integração de
informações
entre os DF-e

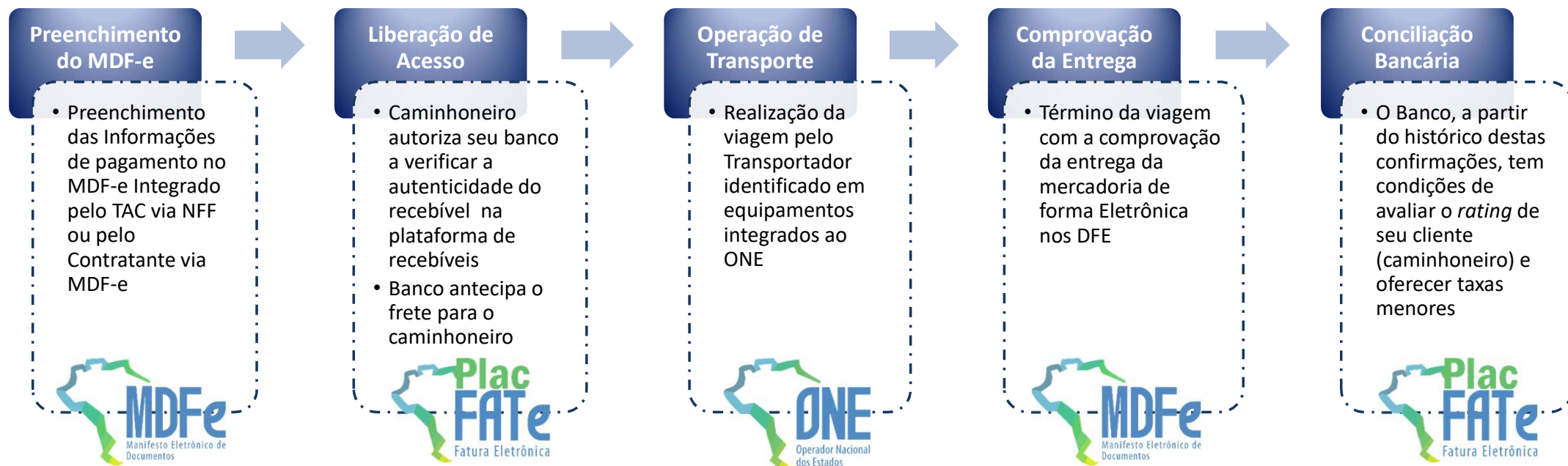




Integração com a Plataforma de Antecipação de Recebíveis dos Estados: Fluxo Financeiro

ASSEGURAR aos agentes financeiros a efetividade da operação logística com a confirmação da entrega da mercadoria ao recebedor integrada à plataforma de recebíveis dos Estados, atendendo os requisitos da Lei 13.775/2018 e demais normas complementares do Banco Central do Brasil

O Controle do fluxo financeiro da operação de transporte é garantido a partir do sincronismo da seguinte sucessão de ocorrências:



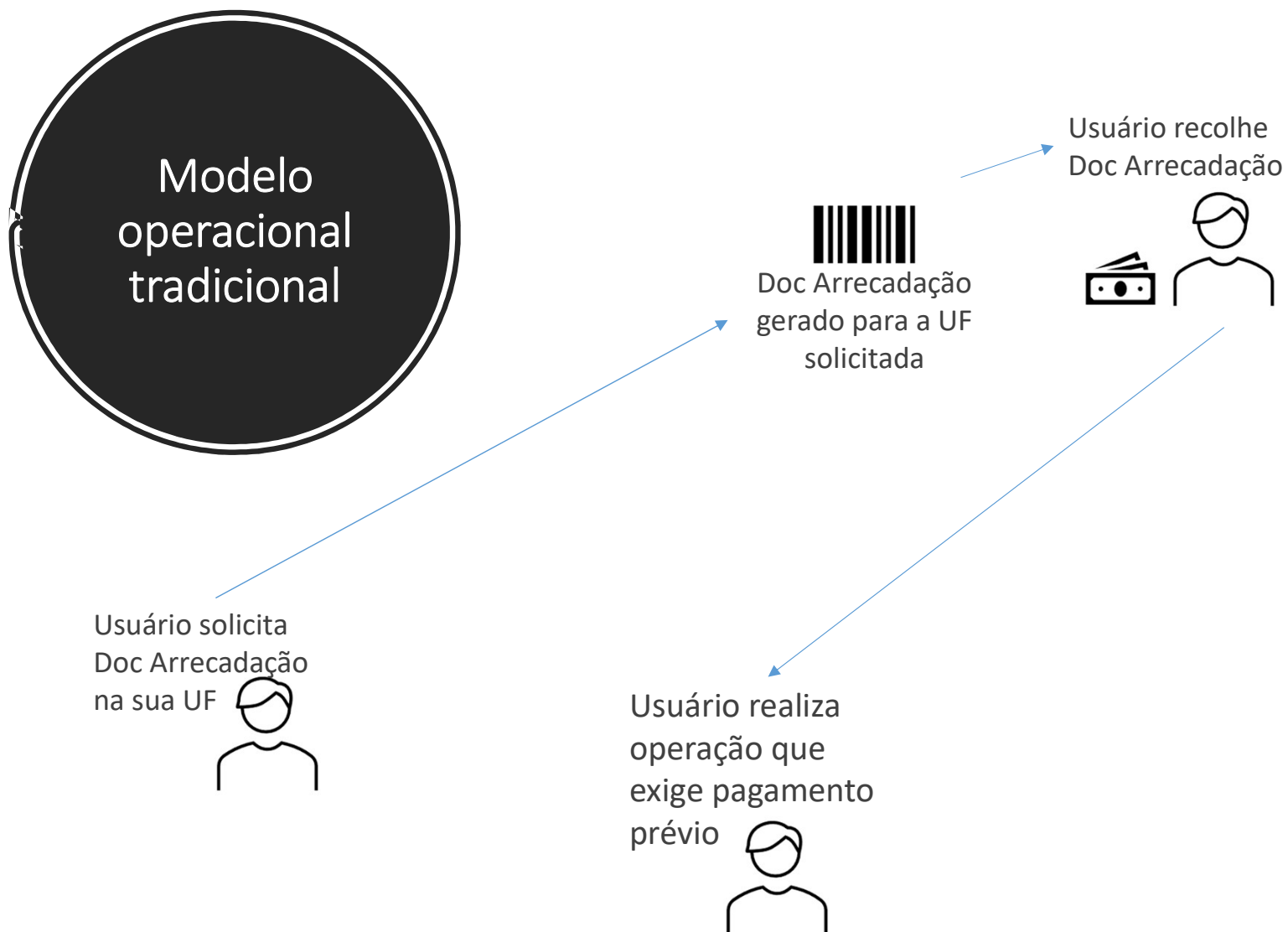
ICMS Pré-Pago e Emissão de GNRE

Estudos preliminares, sujeitos a verificação de viabilidade técnica e legal

Uso previsto

Prestações e operações que exigem pagamento do imposto antes da ocorrência do fato gerador

- Prestações de serviço de transporte
- Saídas interestaduais promovidas por produtores primários
- ...



ICMS Pré-pago dentro da Nota Fiscal Fácil

Ajuste SINIEF 06/21, de 08 de abril de 2021



A cláusula sexta-A fica acrescida ao Ajuste SINIEF 37/19, de 19 de dezembro de 2019, com a seguinte redação:

- “Cláusula sexta-A A critério da unidade federada a ferramenta emissora de NFF disponibiliza **função para carga e recarga de créditos de ICMS pagos antecipadamente**, por meio de Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - GNRE, conforme especificado no MOC NFF e no sistema da GNRE.”.

ICMS Pré-pago

Modelo Operacional Proposto

- Contribuinte decide fazer o recolhimento pré-pago para uma determinada UF
 - Acessa autoatendimento da UF na Internet
 - Busca área de geração de documento de arrecadação
 - Seleciona geração de documento de arrecadação para ICMS pré-pago no valor desejado
- Contribuinte realiza recolhimento no agente arrecadador de sua preferência
- Agente arrecadador informa o valor recolhido, o número do documento de arrecadação, a Inscrição Estadual e o CNPJ ou CPF do contribuinte e para o sistema de arrecadação da UF
 - Como o documento de arrecadação foi gerado no autoatendimento da UF estes dados correspondem a um contribuinte existente
- Crédito fica disponível para uso pelo contribuinte
- Contribuinte realiza operação que exige recolhimento antes da ocorrência do fato gerador
 - Informa no documento fiscal o número do documento de arrecadação
- Quando o documento fiscal, depois de autorizado, for processado:
 - Se existe crédito disponível suficiente: abate o valor do débito desta operação
 - Caso contrário: sinaliza a ocorrência de operação ou prestação sem o devido recolhimento do imposto devido



Usuário solicita
Doc Arrecadação




Doc Arrecadação
gerado para a UF
solicitada

Usuário recolhe
Doc Arrecadação



Banco informa para
sistema de
arrecadação da UF



Sistema de
arrecadação da
UF registra o
crédito



Usuário utiliza
o crédito



ICMS Pré-pago

Modelo Operacional Proposto com NFF e GNRE



APP NFF

- Contribuinte decide fazer o recolhimento pré-pago para uma determinada UF
 - Informa UF e valor desejado no app
 - Solicita geração de GNRE para ICMS pré-pago
- App solicita geração no portal da GNRE
- GNRE é recebida no aparelho do contribuinte
- Contribuinte realiza recolhimento no agente arrecadador de sua preferência
 - Poderá realizar o recolhimento usando app do banco no seu próprio aparelho

Sistema Arrecad.

- Agente arrecadador informa o valor recolhido, o número da GNRE e o CPF do contribuinte para o sistema de arrecadação da UF
 - Como a GNRE foi gerada no app da NFF estes dados correspondem a um contribuinte existente
 - Sistema de arrecadação da UF envia esta informação para o Portal da NFF

Portal NFF

APP NFF

- Crédito fica disponível para uso pelo contribuinte
 - Portal da NFF manda para o app
- Contribuinte realiza operação que exige recolhimento antes da ocorrência do fato gerador
- Se existe crédito disponível suficiente: abate o valor do débito desta operação
 - Caso contrário: solicita o número do documento de arrecadação em que foi recolhido o valor devido na operação
- App insere no pedido de emissão a informação do número do documento e a situação do débito (quitado pelo pré-pago ou número do documento de arrecadação informado)

ICMS Pré-pago Modelo operacional com NFF e GNRE

Usuário solicita
GNRE



GNRE gerada para
a UF solicitada



Usuário recolhe
GNRE usando
app do seu
banco



Banco informa para
sistema de
arrecadação da UF



Sistema de
arrecadação da
UF informa
Portal da NFF



Usuário utiliza
o crédito



App do usuário
recebe do portal
a informação do
crédito
carregado



Atendimento ao disposto na Lei 14.063, de 23 de setembro de 2020

Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos

Art. 4º Para efeitos desta Lei, as assinaturas eletrônicas são classificadas em:

Lei 14.063, de 23 de setembro de 2020

I – assinatura eletrônica simples:

- a) a que permite identificar o seu signatário;
- b) a que anexa ou associa dados a outros dados em formato eletrônico do signatário;

II – assinatura eletrônica avançada: a que utiliza certificados não emitidos pela ICP-Brasil ou outro meio de comprovação da autoria e da integridade de documentos em forma eletrônica, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, com as seguintes características:

- a) está associada ao signatário de maneira unívoca;
- b) utiliza dados para a criação de assinatura eletrônica cujo signatário pode, com elevado nível de confiança, operar sob o seu controle exclusivo;
- c) está relacionada aos dados a ela associados de tal modo que qualquer modificação posterior é detectável;

III – assinatura eletrônica qualificada: a que utiliza certificado digital, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Disposição da Lei 14.063, de 23 de setembro de 2020

Art. 5º No âmbito de suas competências, ato do titular do Poder ou do órgão constitucionalmente autônomo de cada ente federativo estabelecerá o nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em documentos e em interações com o ente público.

(...)

§ 2º É obrigatório o uso de assinatura eletrônica qualificada:

(...)

III – nas emissões de notas fiscais eletrônicas, com exceção daquelas cujos emitentes sejam pessoas físicas ou Microempreendedores Individuais (MEIs), situações em que o uso torna-se facultativo;

Estratégia proposta: provedor de solução de autorização de uso



Plataforma da
Sefaz

Plataforma do PS

- Contribuinte assina contrato particular com provedor de solução de autorização de uso (PS)
 - Fisco não intervém neste processo (assunto exclusivo entre privados)
- Contribuinte requer junto à Sefaz o regime especial NFF, informando
 - o CNPJ do PS
 - qual documento fiscal eletrônico (DFE) poderá ser assinado em seu nome (do contribuinte) pelo PS
- Contribuinte registra pedido de emissão na plataforma do PS
- A partir do pedido de emissão o PS
 - Monta o XML do DFE correspondente à prestação ou operação a ser acobertada com a mesma estrutura da NF-e avulsa
 - Contribuinte: remetente (igual à NF-e avulsa)
 - PS: emitente (papel desempenhado pela Sefaz na NF-e avulsa)

Provedor de solução de autorização de uso: Comentários adicionais

- Possíveis provedores de solução de autorização de uso (PS):
 - Marketplace
 - Plataforma de negociação de fretes
 - Empresa provedora de solução de emissão de documentos fiscais eletrônicos (DFE)
 - ...
- Contrato do Contribuinte com PS (Instrumento particular, Fisco não intervém)
 - Define questões de autoria, autenticidade e não repúdio no relacionamento entre PS e Contribuinte
 - O contribuinte assume a responsabilidade
 - pela veracidade das informações que serão utilizadas para solicitar a autorização de uso de DFE
 - pelos efeitos comerciais, financeiros, tributários e de direito do consumidor eventualmente resultantes das informações registradas no DFE
- Pedido de emissão
 - Conjunto de informações provido pelo contribuinte para que o PS possa montar o XML do documento fiscal eletrônico
 - em formato definido pelo fisco
 - Montado e assinado nos termos do contrato particular assinado entre os dois (assinatura simples ou avançada, a critério deles)
- Pedido de Autorização de Uso
 - Consumo do WS correspondente da Sefaz autorizadora, realizado pelo PS
 - XML assinado pelo PS assinado com certificado digital ICP-Brasil (assinatura qualificada)
 - Contém o pedido de emissão
 - Poderá ser objeto de rejeição (relaxamento da premissa da NFF)

Acrônimos

CCO: Cadastro Centralizado de Operadores
CT-e: Conhecimento de Cargas Eletrônico
DFE: Documento Fiscal Eletrônico
GNRE: Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais
IE: Inscrição Estadual
MEI: Microempreendedor Individual
MOC: Manual de Orientação do Contribuinte
NFC-e: Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica
NF-e: Nota Fiscal Eletrônica

NFF: Nota Fiscal Fácil
PLAC: Plataforma de Antecipação de Recebíveis dos Estados
PPR: Produtor Primário
PS: Provedor de Solução de Autorização de Uso
TAC: Transportador Rodoviário de Cargas Autônomo
UF: Unidade Federada
WS: serviço web (metodologia de comunicação adotada nos DFE)
XML: linguagem de marcas extensível (formato dos arquivos dos DFE)